

Fim da imprecisão, começo da decisão

A força dos fatos superou a intenção do presidente José Sarney de manter-se à margem da campanha eleitoral sem tentar influir nos seus resultados. Ele foi compelido, em defesa do decoro do seu cargo, a pedir tempo à Justiça para ir ao horário gratuito de propaganda recomendar ao povo que não vote em Fernando Collor de Mello que, no seu julgamento, não sabe sequer respeitar o cargo a que aspira. Apesar de reiterar sua decisão de manter-se afastado da disputa, nela ingressou movido por circunstâncias inarredáveis.



Não é certo que isso atenda ao desejo do candidato do PRN, o qual contaria beneficiar-se da polarização na qual Sarney foi enredado. O discurso do presidente foi sóbrio apesar da malcontida emoção e suas palavras podem ter sensibilizado numa escala que Collor, entusiasmado com o delírio das massas, não imagina. Foi um episódio da luta que chega ao auge indefinida e imprecisa até nos seus contornos, pois a uma semana do pleito ainda se ignora o elenco completo dos candidatos. Mas Sarney e o governo já tomaram partido, pelo menos o partido negativo de vetar um dos postulantes. Continua a rejeitar a paternidade ou até mesmo o apadrinhamento de Sílvio Santos, aventura na qual se envolveram alguns políticos da sua grei, como outros estão com o próprio Collor, com Mário Covas, com Afif e até com Freire.

O ministro da Justiça, o advogado Saulo Ramos, assumiu o tom da represália ao pedir que a Procuradoria Geral instaure processo criminal contra o candidato do PRN, usando a linguagem que imagina superar a do ofensor de Sarney num cálculo que os bocas-de-foro logo percebem, o de dar ao juiz a base da provável sentença que a ninguém punirá pela evidência da compensação de injúrias. Importante, no entanto, será a decisão programada para hoje do Tribunal Superior Eleitoral no processo de impugnação da candidatura de Sílvio Santos. É possível que esta tarde o assunto se esclareça e a lista de candidatos se estabilize. Os palpites são contraditórios, não que haja dúvidas quanto à natureza da manobra que preparou a candidatura, mas tão-somente quanto a saber se encontraram os sete juizes fundamentos legais para anulá-la.

Não há dúvida de que mais do que a sorte de um postulante o TSE dará as premissas da decisão eleitoral. Os institutos de pesquisa já não dominam o episódio que se tornou instável e imprevisível, abrindo caminho a hipóteses que não estavam no gabi. Os otimistas dizem que o animador de televisão não cobriu sua própria expectativa eleitoral, pois está embolado com os demais candidatos numa faixa altamente equívoca de manifestações de opinião. Não deve haver ilusões a respeito. Se Sílvio Santos obtiver o registro estará situado no segundo turno e ainda não se pode identificar o seu competidor na busca da maioria absoluta do eleitorado. Maioria que pode se tornar impossível se o primeiro turno oferecer à nação algo que doa na opinião pública como um soco na cara. Para que não se veja aí uma contradição, convém lembrar a distinção expressa por Milton Campos entre eleitorado e opinião pública. O primeiro não costuma coincidir com a segunda. Quando coincidem estamos próximos da democracia.

O longo processo eleitoral que está concluindo sua primeira etapa vem demonstrando a alta instabilidade política do país já sinalizada pelo desprestígio de partidos como o PMDB que, tendo eleito há três anos todos os governadores estaduais, menos um, e a maioria do Congresso, chega hoje à boca das urnas mais indigente do que o PL do deputado Álvaro Valle que, em 1986, não conseguiu se situar entre os postulantes reais do governo do Rio de Janeiro. Hoje só duas propostas se assentam em bases sólidas mas aparentemente insuficientes. Brizola, com o apoio dos eleitores fluminenses e gaúchos, e Lula com sua extraordinária base operária com respaldo na mesma fração da *intelligentzia*.

Fernando Collor foi o sinal de um estado de espírito, de uma vontade do povo de rejeitar o que está aí, e ainda conta com uma parcela importante dos que nele identificaram o novo herói. Esses mantêm acesa sua expectativa de vitória. Afif foi um instante de ilusões logo desfeitas. Mário Covas apresenta-se na final como a opção dos intelectuais, dos professores, dos artistas e até de empresários que não se deixaram incluir no arco ideológico que a campanha ofereceu. Essa gente, no entanto, que, em 1945, votou na UDN e no brigadeiro só elegeu um presidente quando se associou a um projeto populista, como ocorreu em 1960 quando o próprio Covas foi um eleitor de Jânio Quadros.

Carlos Castello Branco